

## EDITORIAL

Vol. 10, Núm. 25, jan./abr., 2023

Com a publicação de seu **Número 25**, intitulado “**Territórios e Identidades: Práticas Sociopolíticas em Perspectiva Latino-Americana**”, a Revista Culturas Jurídicas, periódico editado pelo Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional da Universidade Federal Fluminense (PPGDC/UFF), com grande alegria, inaugura seu **Volume 10**. Este número é composto por valiosas contribuições de pesquisadores/as brasileiros/as e estrangeiros/as, que fornecem à comunidade acadêmica importante material para auxílio em debates atuais e relevantes, além de manter o padrão de excelência e internacionalização do periódico, classificado pela CAPES no estrato **Qualis A4**.

O presente número reúne trabalhos que versam sobre território e multiculturalidade, a partir de investigações sobre como diferentes sujeitos se relacionam com as diversas possibilidades de ser, estar e ocupar o “espaço-tempo”, o que se dá não de forma abstrata-genérica, ou natural-concreta, mas a partir de processos de disputas político-econômicas, culturais e simbólicas sobre os territórios. Deste modo, os artigos se organizam a partir de debates múltiplos e complexos, os quais analisam como diferentes grupos sociais utilizam e organizam o espaço, dão significado ao lugar, e relacionam-se com o meio ambiente, de forma espiritual, cultural, política e econômica. Nesse sentido, a presente edição oportuniza reflexões sobre ordenamento territorial de povos indígenas, democratização de ferramentas jurídicas para debates ambientais por povos tradicionais e comunidades tradicionais, sobre organização cidade-território, interculturalidade em países latino-americanos, cidadania e territorialidade normativa sobre o espaço a partir do Estatuto da Cidade. Dessa maneira, a linha temática deste número justifica-se acadêmica e socialmente.

Todas essas questões são atuais e relevantes no âmbito do Direito Constitucional e da América Latina. Contamos com texto de autoras/es de múltiplas áreas do conhecimento, de modo a manter o perfil de multidisciplinariedade da RCJ e a expandir o diálogo para/com outros campos do conhecimento, propiciando à comunidade acadêmica e à sociedade, como um todo, trabalhos para além da área das ciências sociais.

Nossa **primeira contribuição** traz um questionamento à consagração do multiculturalismo e da diversidade étnica e cultural no ordenamento jurídico colombiano. O Professor **Freddy Ordóñez Gómez** (Mestre em Direito com ênfase em Direitos Humanos e Direito Internacional Humanitário pela *Universidad Nacional de Colombia*, Colômbia; presidente e pesquisador do *Instituto Latinoamericano para una Sociedad y un Derecho*

*Alternativos – ILSA*, Colômbia) e a pesquisadora **Laura Ordóñez Montoya** (Mestranda pela *Pontificia Universidad Javeriana*, Colômbia) escreveram o texto “**Entidades territoriales indígenas en Colombia: el Decreto Ley 632 de 2018 y la puesta en marcha de territorios indígenas en las áreas no municipalizadas de la Amazonía Oriental, entre el multiculturalismo y la colonialidad jurídica**”. O autor e a autora analisam o multiculturalismo estabelecido na Constituição Política da Colômbia, indicando que este não foi plenamente desenvolvido em razão de alguns fatores, como a falta de incorporação na legislação orgânica de ordenamento territorial das Entidades Territoriais Indígenas e a consequente ausência de reconhecimento dos governos autônomos dos/das indígenas. Apesar disso, o autor e a autora apontam que os povos indígenas têm apresentado propostas que visam ao seu reconhecimento como autoridades político-administrativas, possibilitando, por conseguinte, a materialização de um multiculturalismo emancipatório e a interculturalidade socioespacial no país.

O segundo artigo, intitulado “**A co-created project of legal design and visual law applied to international environmental law: transformation of the Escazú Agreement and environmental access rights into visual materials for and with the Chiquitano People**”, conta com intercâmbio de ideias entre duas pesquisadoras da Itália, **Giulia Parola** (Doutora em Direito Público pela *University of Turin* e pela *Université Paris V René Descartes*, França; Mestrado em Direito na *Università degli Studi di Torino*, Itália; Professora e pesquisadora na *Università degli Studi di Torino*, Itália) e **Margherita Paola Poto** (Doutora em Direito pela *University of Turin*, Professora e pesquisadora na Faculdade de Direito na *UiT The Arctic University of Norway*, Noruega), além de um pesquisador brasileiro e indígena da etnia Chiquitano, **Silvano Chue Muquissai** (Graduando em Direito na Universidade Federal do Mato Grosso - UFMT, Brasil; Membro do Comissão de Estudantes Indígenas da UFMT; membro do Conselho Local de Saúde Indígena Usinhánorich Putisiórch, Brasil). O trabalho busca compreender como instrumentos tecnológicos, como o *Legal Design* e o *Visual Law*, podem ser aliados à promoção de soluções jurídicas eficazes, sobretudo no campo do Direito Ambiental. Nesse sentido, de forma prática, o projeto contou com coprodução de materiais didáticos com e para o povo Chiquitano, buscando o fortalecimento da participação em questões ambientais.

O terceiro trabalho é intitulado “**O marco temporal e a judicialização da demarcação de terras indígenas no Brasil**” e foi elaborado pelo Professor **Cláudio Oliveira de Carvalho** (Doutor em Desenvolvimento e Planejamento Urbano pela Universidade de Salvador - UNIFACS; Professor adjunto da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia -

UESB) e **Julliana Correia** (Bacharela em Direito pela UESB). O trabalho analisou a constitucionalidade e os efeitos da utilização da tese do marco temporal na judicialização dos processos administrativos de demarcação de terras indígenas no Brasil, considerando, sobretudo, a mora do Poder Executivo Federal na demarcação de terras indígenas e a consequente intervenção do Poder Judiciário nos processos demarcatórios.

O **quarto trabalho** nesta edição é de autoria de **Pedro Pompeo Pistelli Ferreira** (Doutorando em Direito pela Universidade Federal do Paraná – PPGD/UFPR e Mestre em Direitos Humanos e Cidadania pela Universidade de Brasília – PPGDH/UnB) e intitula-se **“Relação jurídica dependente, transferência de valor e questão agrária: contribuições para uma agenda de pesquisa dos momentos do Direito na América Latina”**. O presente trabalho consistiu em um estudo teórico-exploratório voltado à discussão das relações jurídicas presentes na questão agrária latino-americana, por meio do questionamento da viabilidade heurística da categoria "relação jurídica dependente" para compreender a forma jurídica concreta encontrada nos espaços de acumulação capitalista agroindustriais e nas áreas rurais da América Latina.

O **quinto artigo** é da lavra da Professora **Daniela Muradas** (Doutora em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG; Professora Associada da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG) e do Professor **Victor Hugo Criscuolo Boson** (Doutor em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG; Professor Adjunto do Centro de Formação em Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Sul da Bahia – UFSB). O trabalho **“E essa mancha da ‘cordialidade’? O mito e sua circulação no direito do trabalho brasileiro”** parte da problematização da expressão “homem cordial” para investigar como a noção de cordialidade, no sentido conferido por Cassiano Ricardo – diverso do significado atribuído por Sérgio Buarque de Holanda –, é mobilizada por políticos e juristas como mito e instrumento ideológico-argumentativo legitimadores de um ideário de negação à luta social, à resistência política e ao conflito trabalhista.

O **sexto trabalho** deste número, intitulado **“Um caleidoscópio chamado Estatuto da Cidade: vinte anos da lei federal de desenvolvimento urbano sob a ótica de diferentes atores”**, foi escrito em conjunto por **Betânia de Moraes Alfonsin** (Doutora em Planejamento Urbano e Regional pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – IPPUR/UFRJ; Professora e pesquisadora do Mestrado em Direito da Fundação Escola Superior do Ministério Público – FMP), **Mateus Cavalcante de França** (Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – PPGDir/UFRGS) e **Pedro Acosta de Oliveira** (Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da

UFRGS). O artigo é fruto de uma investigação empírica que teve o objetivo de desvendar quais são os diferentes olhares e representações de diferentes atores sociais sobre o Estatuto da Cidade e seu processo de implementação nos últimos vinte anos, a fim de traçar possibilidades de compreensão para a baixa efetividade do Estatuto da Cidade nos municípios brasileiros.

O **sétimo trabalho** é de autoria do Professor **Vitor Bartoletti Sartori** (Doutor em Filosofia e Teoria Geral Direito pela Universidade de São Paulo - USP; Professor na Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG) e intitula-se “**Moral, individualidade, capitalismo e supressão da moral: pessoa moral como máscara da sociedade capitalista em Pachukanis**”. O artigo se deu a partir da análise do tratamento, por Pachukanis, da moral como uma forma especificamente capitalista, compreendendo, por conseguinte, que a solução pachukaniana para a supressão da moral aparece de modo problemático, com a fusão do “eu” no coletivo.

O **oitavo artigo** e última contribuição deste número é de autoria de **Márcio de Souza Bernardes** (Doutor em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC) e de **Rômulo Soares Cattani** (Bacharel em Direito pela Universidade Franciscana – UFN). No artigo “**A interculturalidade no Novo Constitucionalismo Latino-americano: Uma análise a partir do tribunal constitucional plurinacional da Bolívia**”, os autores analisam, a partir da compreensão dos constitucionalismos insurgentes na América Latina e sua evolução do multiculturalismo de cunho liberal à interculturalidade crítica, como se perfaz a interculturalidade na conjuntura do Novo Constitucionalismo Latino-Americano, utilizando como referência algumas decisões do Tribunal Constitucional Plurinacional da Bolívia.

Dessa maneira, esperamos que com os trabalhos contidos neste **Número 25** a RCJ continue contribuindo com a comunidade acadêmica e a sociedade. Assim, mais uma vez agradecemos às autoras e aos autores que nos brindaram com suas valiosas contribuições. Aproveitamos a oportunidade para lembrar a todos/as os/as interessados/as em publicar conosco que a RCJ está sempre de portas abertas para receber artigos de qualidade que auxiliem para o fortalecimento das culturas jurídicas e que abordem criticamente temas atuais e relevantes para a sociedade em geral.

**Prof. Dr. Enzo Bello**  
(Editor-Chefe da RCJ)

**Mestranda Ana Carolina Vasconcelos de Medeiros Chaves**  
(Editora-Assistente da RCJ)

<https://periodicos.uff.br/culturasjuridicas/>

**Mestranda Ana Luiza de Moraes Gonçalves Correia**  
(Editora-Assistente da RCJ)

**Mestranda Ana Luiza Pinage Barbosa**  
(Editora-Assistente da RCJ)

**Mestranda Bianca Batista Craveiro**  
(Editora-Assistente da RCJ)

**Mestra Caroline Matias Gabriel**  
(Editora-Assistente da RCJ)

**Mestra Cecília Bojarski Pires**  
(Editora-Assistente da RCJ)

**Mestrando Fhylype Nascimento de Moraes**  
(Editor-Assistente da RCJ)

**Mestrando Josué Alves Gouvêa Filho**  
(Editor-Assistente da RCJ)

**Mestranda Julliana Cristina Cordeiro Pereira**  
(Editora-Assistente da RCJ)

**Mestra Kelda Sofia da C. S. C. Rocha**  
(Editora-Assistente da RCJ)

**Mestranda Letícia Pereira de Araujo**  
(Editora-Assistente da RCJ)

**Mestrando Lucas Pedrosa Castellar Pinto**  
(Editor-Assistente da RCJ)

**Mestranda Lucilene Rodrigues do Nascimento da Silva**  
(Editora-Assistente da RCJ)

**Mestrando Octávio Nicolas Carreño Moran**  
(Editor-Assistente da RCJ)